

# A definitude na referência textual-discursiva: uma visão funcionalista

Maria Angela de Sousa Boer

Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.  
E-mail: k.boer@wnet.com

**RESUMO.** O presente texto tem como objetivo apresentar a descrição dos processos referenciais – semânticos, pragmáticos e cognitivos – por meio dos quais as descrições definidas com artigo definido (DDs) interpretam a definitude na referência textual-discursiva. Para esse empreendimento, construiu-se um dispositivo teórico-analítico que responde: pela natureza designativa das DDs no que se refere às propriedades concreta e abstrata; pelas operações de referenciação: retomada, remissão e construção referencial; e pelas fontes cognitivas e pragmático-discursivas que concorrem para o estabelecimento dos fundamentos da definitude interpretada por uma DD. No escopo do artigo em tela, apresenta-se a descrição referencial de um *corpus* constituído de 207 DDs de um texto de literatura oratória. Com base nos dados quantitativos – 140 DDs (67,6%) erigidas do arquivo ativo – a principal proposição é que a definitude de uma expressão definida não é apriorística estabelecida, mas constrói-se no bojo da discursivização.

**Palavras-chave:** referência textual-discursiva, descrições definidas, definitude.

**ABSTRACT.** *Definiteness in textual and discursive reference: a functionalist view.*

The description of referential processes – semantic, pragmatic and cognitive – is provided. Descriptions defined by the definite article interpret the definiteness in the textual and discursive reference. A theoretical and analytic apparatus is thus constructed that accounts for the designative nature of definite descriptions with regard to their concrete/abstract qualities; with differentiating operations, or rather, referential retrieval, remission and construction; with cognitive and pragmatic and discursive sources that establish the bases of definiteness interpreted by a definite description. The referential description of a corpus of 207 definite descriptions taken from a text in rhetorical literature is provided. The main premise, based on quantitative data with 140 definite descriptions (67.6%) from the active archive, is that the definiteness of a definite expression is not a priori established, but is built within the inner core of discursiveness.

**Key words:** textual and discursive reference, definite descriptions, definiteness.

## Introdução

No âmbito da construção textual-discursiva, a visão da língua como atividade social e cognitiva respalda o sentido da referência como uma atividade por meio da qual os sujeitos falantes *representam* suas apreensões e interpretações do mundo que os cerca na interação verbal. Desse prisma, na ação de referir, estão imbricadas demandas de natureza sociocultural e situacional que norteiam as funções cognitivas, semânticas, pragmáticas e interativas das várias formas de expressões referidoras (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995). A ideia de *representação* é, então, o expoente para compreensão dos referentes, interpretados pelas expressões referidoras, como objetos construídos no discurso, ou seja, os objetos-de-discurso. Essa concordância constitui a base conceitual para a explicitação das múltiplas

operações lingüístico-discursivas, cognitivas e interacionais envolvidas na referenciação textual-discursiva.

No plano da construção textual, a referência é tratada dentro de um escopo sintático-semântico mais amplo, a predicação, que, conforme Searle, citado por Dik (1989, p. 111), é constituída de dois atos básicos: *referir* – indicar uma entidade sobre a qual algo será predicado, e *predicar* – estabelecer propriedades e relações para a entidade. Segundo o modelo teórico de Dik, o falante refere o seu interlocutor a uma *entidade* por meio de um *termo*. *Entidade* é entendida como a construção mental compartilhada no universo do discurso pertinente. *Termo* é todo tipo de expressão referidora usada para fazer referência a uma entidade, em um determinado universo discursivo. Logo, a entidade é

o referente potencial do termo.

Outro aspecto relevante para a compreensão da referência textual-discursiva é a noção de discurso como uma entidade representacional, de natureza social e cognitiva. Nessa linha de pensamento, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 368, tradução nossa) afirmam: “todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada ‘publicamente’ alimentada pelo discurso”.

Em termos operacionais, o modelo interacionista de Dik gera duas noções de referência, a *referência construtiva* – o enunciador usa um termo a fim de ajudar o receptor a construir uma entidade e, portanto, introduzi-la no modelo mental (ou memória discursiva, conforme outros autores) – e a *referência identificadora* – o enunciador usa um termo a fim de ajudar o receptor a identificar um referente para uma entidade que, de certo modo, já está disponível para o receptor. A *referência construtiva* é tipicamente representada por expressões indefinidas, e a *referência identificadora*, por expressões definidas (nomes próprios, pronomes pessoais e/ou sintagmas nominais, com determinante representado por artigo definido, pronome demonstrativo ou pronome possessivo).

No processo de identificação de referentes, Dik (1989) estabelece quatro tipos de fontes, nas quais a acessibilidade de uma entidade pode ser pressuposta: a) a entidade pode estar disponível na informação pragmática atual do receptor porque já foi previamente introduzida no discurso; (b) o receptor pode construir a entidade com base em informação perceptível na situação e c) a entidade pode ser inferida com base em informação disponível em algum dos itens a e c.

Assim, o processo de acessibilidade de uma entidade ocorre dentro da unidade discursiva, na qual o texto é entendido como um evento comunicativo – palco de encontro de interlocutores que desempenham suas capacidades comunicativas. Assim entendido, ele não é um objeto monolítico, centrado em si mesmo e para si mesmo, constituindo uma verdade única, mas uma unidade semântica de comunicação instaurada em situação social e culturalmente compartilhada.

Conseqüentemente, o texto funciona como centro de interlocução no qual interagem os saberes e os demais pressupostos indiciais, situacionalmente estabelecidos no contrato comunicativo dos falantes. Nesse sentido, embora o texto tenha o estatuto de um enunciado completo, ele é o lugar da relação dialógica, em que se dão os *efeitos de sentidos* (Beaugrande e Dressler, 1983; Bakhtin, 1988;

Benveniste, 1988; Foucault, 1995). Dessa forma, do ponto de vista enunciativo, ele não é ponto de chegada, mas uma unidade discursiva relacionada tanto aos textos a partir dos quais foi gerado, quanto aos textos para os quais ele aponta (Orlandi, 1987).

Nessa perspectiva, a construção de referentes é resultante de múltiplos processos, cujos sentidos são obtidos por meio de operações acionadas, tanto por evidências marcadas no cotexto, quanto por processos inferenciais cognitivamente orientados, que expandem o âmbito do texto como unidade semântica de sentido. Por isso, os referentes precisam de uma noção conceptual que dê conta da natureza dinâmica, histórica, flexível e heterogênea que as representações discursivas das entidades assumem. Pois, a cada evento comunicativo, a representação/construção de uma determinada entidade é influenciada por aspectos polifônicos e polissêmicos (Orlandi, 1987; Maingueneau, 2000), contextual e situacionalmente determinados.

Em função da natureza dinâmica do texto e do discurso e, por conseguinte, da designação e da construção dos referentes na cadeia textual, a referência é conceptualizada como “*referência-ação*”. Em termos abrangentes, para Mondada e Dubois (1995), a referencição é concebida como um processo erigido de práticas simbólicas, realizadas por sujeitos sociocognitivos. Essas práticas são efetivadas na construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, modificações e ratificações de concepções individuais e públicas do mundo. Em termos mais específicos, a referencição é concebida como uma construção colaborativa de objetos-de-discurso, cujo estatuto e legitimidade enunciativa são estabelecidos no discurso. Nesse sentido, a avaliação dos objetos-de-discurso – no caso em pauta, lingüisticamente materializados pelas descrições definidas – não se pauta em critérios de adequação, mas na descrição dos procedimentos lingüísticos e sociocognitivos pelos quais os sujeitos se referem uns aos outros

Assim, à medida que a interação verbal se desenvolve na construção de um texto, a configuração/representação das entidades referidas perpassa diferentes funções e relações que os referentes (termos) desempenham nas estruturas das predicções e, devido às quais, sofrem modificações. Essas entidades são enriquecidas com novas propriedades ou atributos, perdendo algumas características e assumindo outras, podendo atomizar-se em novos objetos, adquirindo, nesse processo, novas características morfossintáticas, semânticas, cognitivas e pragmáticas, específicas em diferentes ambientes cotextuais. É por isso que,

nessa dinâmica, a multiplicidade de determinações socioculturais, cognitivas, lingüístico-discursivas e pragmáticas atribui aos referentes o estatuto de objetos-de-discurso, sempre em devir, sempre em estado de discurso de discursivização.

Em termos mais precisos, “referenciação não constitui uma relação de representações das coisas ou do estado das coisas, mas uma relação entre o texto e a parte não-lingüística da prática em que ele é produzido e interpretado” (Rastier, 1994, p. 19) *apud* (Mondada e Dubois, 1995, p. 276, tradução nossa).

O complexo referencial exposto realiza-se em duas dimensões da construção textual, respectivamente, na micro e na macro perspectiva do texto. A primeira é relativa à progressão referencial, processo constituído de estratégias de designação de referentes: introdução, identificação, continuidade e retomada de referentes. A segunda dimensão refere-se à da progressão tópica, concernente ao modo como os tópicos e subtópicos discursivos progridem e sustentam a coerência discursiva do texto (Dik, 1989; Marcuschi, 1999).

### Do dispositivo teórico-analítico

No campo semiótico aqui circunscrito, a descrição do modo como as descrições definidas (DDs) interpretam a definitude, no processo de “referência-ação” textual-discursiva, é norteada por noções que, para maior clareza metodológica, estão organizadas em três dispositivos teóricos, conforme exposto a seguir.

**O dispositivo nº 1: natureza designativa das DDs** - O estatuto categorial refere-se à natureza das DDs quanto às propriedades *concreto* e *abstrato* que, no âmbito da referência textual-discursiva, não é de natureza estanque. Quanto às distinções semânticas entre os substantivos concretos e abstratos, Neves (2000, p. 88, grifos da autora) afirma:

É apenas na função de **referenciação** que os **substantivos** se definem como **concretos**, ou como **abstratos**. Os **substantivos concretos** têm seus referentes individualizados, enquanto os abstratos remetem a referentes que se abstraem de outros referentes (estes, por sua vez, denominados por outros **substantivos**, sejam **concretos** sejam **abstratos**). [...] Há, pois, uma cadeia referencial em que se podem superpor operações de referenciação destinadas a abstrair propriedades de um **substantivo** da direita (regido por um **de**) por um **substantivo** da esquerda.

**O dispositivo nº 2: operações de referenciação** - Conforme explicita Marcuschi (1998), a instituição de referentes em um texto pode ser feita: por designação direta; por inferências de

natureza associativa; por operações cognitivas; e por construção referencial – processo não-relacionado a elementos discretos identificáveis na cotextualidade, mas em informações, abstrações geradas no cotexto. Nesse âmbito, é de consenso dos estudiosos da referência na linguagem em ação que a definitude é estreitamente relacionada à construção tópica no âmbito global do texto, “no qual a noção de *tópico discursivo* não elimina a frase, mas considera-a sempre relacionada tanto a aspectos cotextuais como contextuais” (Marcuschi, 1999, p. 3). No caso da presente pesquisa, interessa descrever como as DDs apontam, pressupõem, subentendem etc. operações lingüísticas (no sentido estrito do termo), cognitivas, pragmático-discursivas, interativas etc., relativas à construção da definitude, cujo estabelecimento pode ser efetivado com diferentes graus de pertinência e de relevância comunicativa, em diferentes tipos e gêneros de textos (Maingueneau, 2000). Nessa perspectiva, a análise das DDs é feita com vistas ao seu desempenho dessas unidades na progressão tópica, à luz de três estratégias de referenciação: a *retomada*, a *remissão*, a *construção referencial* e a *associação* (Hawkins, 1978; Givon, 1984; 1989; Mondada e Dubois, 1995; Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995; Fauconnier, 1997; Koch e Marcuschi, 1998; Marcuschi, 1998; Neves, 2001).

Da *retomada* - Essa relação “subentende continuidade referencial implicando algum tipo de relação direta, seja de identidade (caso da correferenciação), seja de não-identidade (caso da associação)” (Marcuschi, 1998). No âmbito da construção tópica discursiva, Koch e Marcuschi (1998) concebem a retomada como uma relação mais ampla, semanticamente menos associada ao(s) termo(s) antecedente(s), “uma espécie de cálculo referencial”, com base no qual o termo anaforizado não retoma todas as propriedades do(s) termo(s) anaforizante(s). Esse aspecto semântico é complexo, pois, como expõem Mondada e Dubois (1995) e Marcuschi (1998), mesmo no caso de retomada explícita por repetição de um item lexical, o referente não é o mesmo; uma vez que ao longo do discurso ele evolui e expande o seu campo semântico.

Da *remissão* - “Toda remissão envolve algum tipo de relação semântica, cognitiva, pragmática ou outra qualquer, não necessariamente de correferenciação” (Marcuschi, 1998, p. 4). Essa relação é semanticamente mais aberta, porque não implica retomada.

Da *construção referencial* - Esse processo é resultante de “uma alusão referencial [...] em que a referenciação é construída no processamento de

informações variadas, mas sem necessidade de elementos discretos especificáveis” (Marcuschi, 1998, p. 5).

Da *associação* - A construção da cadeia referencial ocorre também por associações sem caráter correferencial. Esse aspecto da referenciação é academicamente subdividido em duas visões sobre a noção de anáfora: uma mais restrita e outra mais ampla.

Segundo a visão mais restrita, defendida por autores como Kleiber *et al.* (1994), entre outros, as associações ocorrem com base em relações semânticas lexicalmente marcadas na textualidade e não se consideram como inferências associativas as *construções referenciais* e demais operações de base pragmática, cognitiva, interativa etc. Autores como Marcuschi (1998) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) objetam que essa visão restringe o âmbito semântico e pragmático-discursivo dos referentes como objetos-de-discurso, pois os circunscreve apenas ao âmbito da competência lingüística e desconsidera fatores socioculturais, situacionais, cognitivos e discursivos que interferem no processo de designação desses objetos na construção do texto.

A visão mais ampla, aqui adotada, é defendida por autores como Gundel (1996), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), Mondada e Dubois (1995), Marcuschi (1998) e Neves (2000). À luz das exposições desses autores, pode-se afirmar que a anáfora associativa é um fenômeno inferencial e de âmbito textual-discursivo – e, por que não dizer, interdiscursivo, âmbito da constituição de saberes, ou seja, da memória – cujas relações na cadeia textual se alicerçam em conhecimentos compartilhados, cognitivamente estruturados, e em demais saberes constitutivos de experiências históricas, sociocultural e situacionalmente vivenciadas na atividade enunciativa, que, efetivamente, inserem-se na linguagem entendida como fenômeno social, no sentido mais amplo do termo.

Esse consenso mais geral refere-se à construção de um referente anafórico como de natureza associativa quando ele é novo no discurso e a sua interpretação depende de informações previamente mencionadas no universo discursivo, embora acionadas por outro referente, o termo anaforizante, no contexto.

**O dispositivo nº 3: as fontes cognitivas e pragmático-discursivas da definitude** – Esse dispositivo inspira-se no modelo teórico de Givon (1984, p. 401) sobre as fontes cognitivas nas quais os sujeitos falantes se apóiam para pressupor que os seus ouvintes serão capazes de estabelecer referência única para uma expressão referidora. O autor apresenta quatro tipos de arquivos, aqui referidos com a denominação fontes de definitude, a saber: o *arquivo ativo* ou *discursivo*, o *arquivo dêitico imediato*, o

*arquivo permanente* e o *arquivo específico*.

O *arquivo discursivo* – Neste arquivo, estão armazenados os conhecimentos – informações proposicionais e referenciais etc. – mantidos pelos participantes de um ato enunciativo, para fins de produção e de participação de um discurso particular. O acesso a um arquivo não exclui acesso ao outro, ou seja, uma mesma informação pode ser resultante de conhecimentos fornecidos por dois tipos de arquivo. Por exemplo, para Givon (1984), o exemplo *Fisicamente o homem tem uma cabeça, um coração, dois braços etc.* permite acesso automático aos arquivos permanente e ativo. O autor entende que, nessa provisão de acesso interarquivos, estão estabelecidos os fundamentos da definitude na linguagem humana. Segundo o autor em tela, a definitude plena não perde a sua natureza gradual, uma vez que diferentes leitores com diferentes experiências de mundo e com diferentes potenciais cognitivos de desempenho comunicativo (cognitivo, lingüístico, epistêmico, perceptual e lógico) podem processar diferentes graus de definitude sobre um mesmo referente.

O *arquivo dêitico imediato* - A unicidade referencial está alicerçada em dois tipos de disponibilidade dêitica: a) a disponibilidade absoluta, que ocorre quando há consenso por parte dos participantes do discurso quanto à unicidade de referentes, como, por exemplo, *minha cabeça, meu braço, meu trabalho etc.*; b) a disponibilidade relativa ou contingente, quando a designação de um referente é baseada em relações ou associações culturalmente compartilhadas; por exemplo, relações do tipo *parte-todo: casa: cozinha, quarto, sala, banheiro etc.*

O *arquivo permanente* - Neste arquivo, estão armazenados os conhecimentos gerais cognitivamente compartilhados por todos os membros de uma comunidade/grupo/cultura. Por exemplo, no contexto da cultura brasileira, a noção de *delegado* e, no contexto da cultura americana, a noção de *sherif*. Seu potencial de armazenamento inclui genéricos, léxico compartilhado e referentes específicos.

O *arquivo específico* - A unicidade da referência é emanada dos conteúdos abordados por falantes que participam de uma comunicação específica. Em outras palavras, a unicidade da referência pauta-se nas informações efetivamente transmitidas de um falante para um ouvinte.

Ressalta-se que as categorias e demais noções lingüísticas apresentadas nos dispositivos teóricos não têm caráter excludente. Os conteúdos dos dispositivos 1 e 2 são de natureza gradual, ou seja, a sua plenitude semântico-pragmática e discursiva depende do *status* – principalmente de questões

relativas à *saliência*, *relevância* e *distância* (Givon, 1984; Ariel, 1996; Gundel, 1996) – das expressões que os representam no processo de referência textual. Os arquivos constitutivos da memória discursiva também atuam de modo integrado, pois a identificação e a acessibilidade de um referente podem acionar mais de um compartimento cognitivo concomitantemente. Aliás, para Givon (1997), uma vez concebidas as provisões cognitivas “inter-arquivos”, o fundamento do fenômeno da definitude na linguagem humana está estabelecido. Esse processo tem como princípio unificador o pressuposto da acessibilidade referencial plena.

Com relação à possibilidade de as expressões definidas exercerem outras funções além das referenciais, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) afirmam que há outros fatores – semânticos, pragmáticos ou interativos – que condicionam a seleção das várias formas de expressões referidoras e que interferem na dimensão intersubjetiva e construtiva dessas unidades. Para os autores, as expressões referenciais são poli-operadores, podendo realizar outros tipos de funções associadas.

Essa plurifuncionalidade implica um processo de regulação interna ou externa, prevenindo interpretações não-aceitáveis, erigindo operações discursivas mais ou menos complexas em torno do próprio ato que referencia. Segundo os autores, na maioria das vezes, o propósito das expressões referidoras não é exclusivamente “referir”. Elas também contribuem para gerar efeitos de sentidos, interpretando intenções argumentativas, sinalizando que o acesso ao referente é difícil e demandando, implicitamente, mais informações.

### Da análise do texto *Fala de Arraes*

A cenografia é um discurso político. A cena enunciativa obedece às normas impostas pelo gênero discursivo, ou seja, trata-se de um texto escrito segundo regras canonicamente estabelecidas para um discurso formal. É um texto escrito formal, cuidadosamente elaborado para ser lido em contexto também formal, provavelmente no palácio do Governo de Pernambuco, para uma platéia pretensamente constituída de políticos e demais pessoas direta ou indiretamente interessadas na matéria, como, por exemplo, a imprensa.

O texto trata do primeiro ano de exercício administrativo do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes. De modo geral, os tópicos discursivos do texto abordam: as ingerências administrativas do governo anterior ao de Arraes (promessas não-cumpridas, projetos não-efetivados, fisiologismos administrativos; deformações socioeconômicas da

sociedade pernambucana em função dos monopólios latifundiário e empresarial da minoria dominante) e os projetos já realizados pelo atual governo, como solução para as *pressões* instaladas na classe proletária pernambucana, os *trabalhadores do campo e das cidades*, nas palavras de Arraes.

A construção do texto desenvolve-se dentro de uma estrutura argumentativa com abundância de evidências, fatos, ilustrações, proposições conclusivas, entre outros recursos que o autor estabelece como sendo os mais eficientes para construção dos atos de fala que ele pretende veicular, principalmente em relação à validação da sua gestão política. Em termos sucintos, é essa a cenografia no interior da qual são construídas as entidades constitutivas das predicções que designam o estado das coisas no universo discursivo construído por Arraes.

### Demonstrativo das 207 DDs analisadas

Os números da primeira coluna da Tabela 1 correspondem aos números das páginas do texto selecionado para análise. Os números das demais colunas, abaixo das especificações dos dispositivos, apresentam a quantidade de DDs identificadas em cada categoria do dispositivo. Os valores, nas colunas das duas últimas linhas de cada dispositivo, correspondem, respectivamente, ao total de DDs analisadas em cada item teórico e às percentagens relativas ao total de DDs analisadas em cada texto. É importante ressaltar também que, para as finalidades analíticas, trabalhou-se apenas com os valores de maior ocorrência.

**Tabela 1.** Dados quantitativos das DDs analisadas.

|                               | Dispositivo nº 1             |      |      | Dispositivo nº 2     |     |      | Dispositivo nº 3        |     |      |     |
|-------------------------------|------------------------------|------|------|----------------------|-----|------|-------------------------|-----|------|-----|
|                               | Natureza designativa das DDs |      |      | Fontes de definitude |     |      | Processos de referência |     |      |     |
|                               | 1.1                          | 1.2  | 2.1  | 2.2                  | 2.3 | 2.4  | 3.1                     | 3.2 | 3.3  | 3.4 |
| 1                             | 1                            | 29   | 20   | -                    | -   | 10   | 16                      | 3   | 10   | -   |
| 2                             | 1                            | 32   | 26   | -                    | -   | 7    | 21                      | 3   | 9    | -   |
| 3                             | -                            | 22   | 16   | -                    | -   | 4    | 10                      | 1   | 11   | -   |
| 4                             | 2                            | 16   | 11   | -                    | -   | 9    | 8                       | 2   | 11   | -   |
| 5                             | 5                            | 15   | 8    | 2                    | -   | 10   | 4                       | 5   | 11   | -   |
| 6                             | 2                            | 23   | 20   | -                    | 1   | 4    | 17                      | 2   | 6    | -   |
| 7                             | 8                            | 15   | 18   | -                    | 2   | 3    | 15                      | 2   | 6    | -   |
| 8                             | 16                           | 20   | 21   | 2                    | -   | 14   | 15                      |     | 19   | -   |
|                               | 35                           | 172  | 140  | 4                    | 3   | 61   | 106                     | 18  | 83   | -   |
| Percentagens em relação a 207 |                              |      |      |                      |     |      |                         |     |      |     |
|                               | 16,9                         | 83,1 | 67,6 | 1,9                  | 1,5 | 29,5 | 51,2                    | 8,7 | 40,1 | -   |

Dispositivo nº 1 – 1.1: concreta, 1.2: abstrata; Dispositivo nº 2 – 2.1: arquivo ativo e 2.2: arquivo dístico, 2.3: arquivo permanente e 2.4: arquivo específico; Dispositivo nº 3 – 3.1: designação direta, 3.2: retomada, 3.3: remissão e 3.4: construção referencial.

### Dos perfis referenciais das 207 DDs<sup>1</sup>

*Do estatuto categorial:* 83,1% (172) das DDs são

<sup>1</sup> O *corpus* da pesquisa foi retirado do banco de dados do Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Araraquara, utilizado na elaboração do Dicionário de usos do português do Brasil, coordenado pelo professor Francisco da Silva Borba, e na elaboração da Gramática de usos do português, de autoria da Professora Doutora Maria Helena de Moura Neves.

abstratas.

*Das fontes de definitude:* 67,6% (140) das DDs têm o arquivo ativo como fonte de definitude e 29% (60) o arquivo específico como fonte de definitude.

*Dos processos de referenciação:* na cadeia referencial, 51,2% (106) das DDs foram introduzidas no texto por designação direta; 8,7% (18) estabelecem relações fóricas por retomada, com relações de identidade (correferência) ou não-identidade (processos inferenciais associativos); 41,1% (83) estabelecem relações fóricas por remissão.

Nesse texto, o fato de a maioria das DDs terem nome-núcleo abstrato não significa que a sua definitude só se realiza no âmbito da abstratização, pois há vários exemplos em que a estrutura argumental, tanto a regida pelo nome-núcleo quanto por demais expansões, aprofundam ou amenizam o grau de abstratização do nome-núcleo.

Por exemplo, na DD ([...] aumentou cada vez mais), o hiato existente entre as necessidades reais e a capacidade de atuação efetiva do Estado, o que teve como consequência inevitável o esclerosamento da administração pública [...], a expansão do nome-núcleo é toda pautada em entidades/concepções/noções de natureza abstrata. Logo, embora o nome hiato, de natureza abstrata, seja monitorado pelos arquivos dêitico imediato e específico, estabelecendo certa nuance de concretude, não se trata de uma designação que pressuponha a identificação de referente no sentido canônico, mas da possibilidade da construção de uma proposição ou de um ato de fala relativo ao conteúdo em questão.

No exemplo ([...] passou) *pela falência dos chamados processos espontâneos de desenvolvimento* [...], em que a DD é complemento de verbo, sem relação fórica, não há o menor índice de concretude nos nomes constitutivos da cadeia referencial desenvolvida na estrutura valencial.

Nesse caso, ousa-se dizer que a referência identificadora, apontada pelo determinante definido, não pressupõe a identificação de uma entidade em si, mas a abstração de sentidos ou de efeitos de sentido, que podem ter finalidades discursivas que transcendem o âmbito da referência, conforme sugerido por autores como Givon (1984), Martinich (1984) e Apothélos e Reichler-Béguelin (1995). Na DD [Ao assumir] *as responsabilidades de Governador do Estado de Pernambuco* [...], a natureza abstrata do nome-núcleo é amenizada por informações fornecidas pelos arquivos dêitico imediato e específico, que, por sua vez, garantem a identificação e a acessibilidade do conteúdo veiculado pela DD. Nesse contexto, pode-se afirmar, com base em Neves (1997), que o nome-núcleo *responsabilidades*

abstrai as propriedades dos nomes da direita, diminuindo o seu grau de abstratização.

Outro fator que complementa a compreensão das DDs com nome-núcleo abstrato e/ou com toda a estrutura abstrata (componente descritivo, explicativo, especificativo etc.) é o tipo de relação fórica estabelecida por ela no processo de referenciação. Por exemplo, a DD *As inversões fixas totais necessárias à concretização do empreendimento* (foram estimadas em [...]), é uma construção resultante da retomada da DD *As responsabilidades de instalar uma fábrica de fertilizantes nitrogenados, com produção anual de 30.000 toneladas*. Esse tipo de relação resgata conhecimentos mantidos em *espaços mentais* (Fauconnier, 1997) armazenados nos arquivos discursivo ativo e dêitico imediato ou, em outros termos, no *arquivo textual* (Givon, 1989), complementando a identificação e o acesso ao conteúdo pertinente para a eficiência da progressão referencial e da construção tópica discursiva (Dik, 1989; Marcuschi, 1999; 2000).

Obviamente, os sentidos abstraídos nas diferentes situações de referência das DDs podem atingir diferentes graus de definitude por diferentes perfis de receptores. Por exemplo, um político com baixo nível de inserção no contexto econômico e industrial pernambucano poderá não processar o sentido pleno de *as inversões fixas*, mas poderá entender o sentido global da DD em função do sentido da complementação fornecida pelo argumento *do empreendimento* regido pelo modificador *necessárias*. Dessa forma, o ouvinte poderá assegurar, do ponto de vista cognitivo, a *coerência discursiva* (Marcuschi, 1999).

O texto apresenta também exemplos de DDs cuja definitude é de âmbito *interdiscursivo*<sup>2</sup>, de forma a contemplar domínios cognitivos que extrapolam as fronteiras do universo referencial construído no interior da teia textual, abarcando o contexto amplo. Por exemplo, na DD (Graças, entretanto) *à mobilização de todo o aparelho de Estado na defesa intransigente dos privilégios de uma minoria retrógrada* (sufocava-se e procurava-se desarticular [...]), o nome *aparelho de Estado* evoca relações interdiscursivas constitutivas de saberes que, por conseguinte, engendram efeitos de sentidos relativos à ideologia, crenças, valores etc. subjacentes ao

<sup>2</sup> “O *interdiscurso* disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. [...] Pelo funcionamento do *interdiscurso*, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. [...] O *interdiscurso* é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido e isto é *interdiscurso*: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras” (Orlandi, 2001, p. 33-34, grifo nosso). Conforme exposição de Brandão (1999), a noção *interdiscurso* faz parte da segunda etapa da Análise de Discurso pecheuxiana.

discurso de Arraes. Mais precisamente, o aspecto interdiscursivo refere-se às formações discursivas relativas a temas como socialismo, neoliberalismo, capitalismo, entre outras facções políticas, no interior das quais essas expressões são objetos de interesse, questionamento etc.<sup>3</sup> Da mesma forma, o contexto amplo abarca valores, ideologias, crenças etc., mas, nesse âmbito, de natureza mais “delimitada”, ou seja, todo o construto ideológico erigido da “práxis” e da militância política exercida por Arraes.

Como se vê, essa amplitude abarca questões políticas e sociais constitutivas da historicidade do discurso, não no sentido cronológico, nem na relação causa-efeito, mas no sentido da sua relação com outros sentidos de *aparelho de Estado*, sentidos estes representados por outros textos, tanto no âmbito da intertextualidade quanto da interdiscursividade (Orlandi, 1987; Maingueneau, 2000; Brandão, 2001). Nesse âmbito, *fora do discurso*, dá-se a articulação do jogo da paráfrase com a polissemia, ou seja, o leitor desvencilha-se do compromisso com o sentido do referente no âmbito estrito da superfície lingüística do texto no qual ele está inserido e o articula com outras significações que ampliam o seu campo semântico, determinando, além disso, sua função discursiva no campo mais específico da ideologia (Chauí, 1980, 1990; Orlandi, 1987). Se assim for, pode-se reafirmar que a definitude ultrapassa o âmbito da continuidade tópica (Du Bois, 1980; Marcuschi, 1999), espalhando-se em outros domínios simbólicos.

Considerando o acima exposto, da perspectiva do arquivo discursivo, entende-se que, em certas circunstâncias enunciativas, a especificidade apontada pelo artigo definido pode estar alojada em espaços mentais com alto nível de complexidade epistêmica, perceptual, social etc., contemplando, concomitantemente, informações de mais de um arquivo, conforme prevê o modelo teórico de Givon (1989). Retomando-se o aspecto abstrato das DDs e com base nas considerações de Perelman e Obrechts-Tyteca (1999) sobre a função dos nomes abstratos na interpretação de idéias relativas a propostas de mudanças de estados estabelecidos, entende-se que o fato de haver maior número de ocorrência de DDs abstratas no texto de Arraes respalda a compreensão de que essas unidades estão mais relacionadas a reflexões, juízos etc., sobre os estados de coisas constitutivos no universo discursivo, e que fazem parte da proposta discursiva do autor.

Quanto às demais ocorrências, é importante retomar alguns aspectos relacionados à proposta enunciativa do texto, que norteiam a atividade de designação e demais operações no processo de referência. O objeto do qual o texto trata é a [...] *síntese do nosso programa de governo e do primeiro ano do seu exercício* [...]. Nessa empreitada discursiva, há duas perspectivas a partir das quais a referência é construída.

A primeira refere-se às críticas, juízos e demais asseverações que expressam o julgamento do autor sobre o estado de coisas estabelecido no passado anterior à sua gestão – *Séculos de divórcio entre governantes e grandes camadas do Povo* [...]. Exemplos:

*a máquina estatal que aí está, inadaptada à exata solução dos problemas fundamentais do Povo;*

*a insuficiência notória da arrecadação estatal e o regime inflacionário em que vivemos;*

*a eclosão de numerosos e potentes movimentos reivindicatórios, dado o estado de miséria e de opressão em que viviam os trabalhadores da zona canavieira;*

*as pressões e ameaças daqueles que pretendem dificultar o desenvolvimento econômico e social do nosso país etc;*

*a mobilização de todo o aparelho do Estado na defesa intransigente dos privilégios de uma minoria retrógrada.*

Com relação à segunda perspectiva, de base retoricamente interacional – [...] convido Vossas Excelências a, conosco, examinarmos as realizações e omissões do primeiro ano do mandato que nos foi conferido em outubro de 1962 – o autor expressa sua avaliação sobre as suas próprias ações governamentais, com o intuito de validar, convencer e, acima de tudo, autorizar a sua palavra, conforme mostram os seguintes exemplos:

[...] *processo de organização e, conseqüentemente, de amadurecimento político dos trabalhadores das cidades e dos campos* (fez [...]);

(Em Pernambuco, foi possível reunir) *as duas condições mais favoráveis: um movimento dos trabalhadores do campo ascendente em grau de conscientização e organização* [...];

*A organização dos agricultores e a colaboração efetiva do Governo com o Banco do Brasil* (tiveram [...]) etc.

Como se pode verificar, em ambas as perspectivas, as expressões definidas exploram exhaustivamente seus potenciais argumentais com expansões explicativas e descritivas, típicas de um texto que tem a referência discursiva erigida em fontes “ideacional (informativa e de base lexical) e discursiva (informativa e de base cotextual)” (Marcuschi, 1998). Nesses âmbitos, a construção dos objetos de discurso envolve conhecimentos oriundos de práticas cognitivas, socioculturais e situacionais que norteiam as operações referenciais tanto na microestrutura quanto na macroestrutura do texto.

<sup>3</sup> O termo *aparelho de estado* faz parte da metalinguagem de filosofias direta ou indiretamente relacionadas aos pensamentos de Karl Marx e Friedrich Engels. Esse termo é abundantemente usado na obra “Aparelho Ideológico de Estado”, de Louis Althusser (1992).

Finalmente, é possível afirmar que, na linguagem em acontecimento, a definitude das descrições definidas é estabelecida no jogo argumentativo da atividade discursiva. Não se pode desconsiderar o fato de que, em certos tipos de gêneros discursivos, principalmente os de natureza jurídica e científica, os sujeitos falantes tenham que lidar com categorias prototípicas, mas, mesmo nesses tipos de redutos comunicativos, os indivíduos estão sempre buscando novas leituras, novos modos de olhar, novas perspectivas de escrutínio e de entendimento, enfim, novas possibilidades de interpretação, pois, dado um contexto de interação verbal, a palavra não pára de proliferar (Foucault, 1995).

### Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.J. Construction de la référence et stratégies de designation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BEGUELIN, M.J. (Ed.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*: SN complexes, nominalizations, anaphores. Suisse: Institut de Linguistic de l'Université de Neuchâtel, 1995. p. 227-271.
- ARIEL, M. Referring expressions and the +/- coreference distinction. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J.K. (Ed.). *Reference and accessibility*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 13-34.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. London: Longman, 1983.
- BENVENISTE, E. A natureza do signo lingüístico. In: BENVENISTE, E. (Ed.). *Problemas de lingüística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. São Paulo: Pontes, 1988. p. 53-59.
- BRANDÃO, H.H.N. Pragmática lingüística: delimitação e objetivos. In: MOSCA, L.L.S. (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 59-85.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1990.
- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- DU BOIS, W.J. Beyond definiteness: the trace of identity in discourse. In: CHAFE, W.L. (Ed.). *The pear stories: cognitive cultural and linguistic aspects of narrative production*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1980. p. 203-274.
- FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 1-28.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GIVON, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984.
- GIVON, T. *Mind, control and context: essays in pragmatics*. London: Lawrence Erlbaum, 1989.
- GIVON, T. Coherence in text vs. coherence in mind. In: GERNSBACHER, M.A.T.G. (Ed.). *Coherence in spontaneous text*. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 59-115.
- GUNDEL, K.J. Relevance theory meets the givenness hierarchy. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, K.J. *Reference and referent accessibility*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 141-153.
- HAWKINS, J.A. *Definiteness and indefiniteness: a study in reference and grammaticality prediction*. London: Humanities Press, 1978.
- KLEIBER, G. et al. Lánaphore associative, d'une conception l'autre. In: SCHNEDECKER, C. et al. (Ed.). *Lánaphore associative: aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques*. Paris: Klincksieck, 1994. p. 5-66.
- KOCH, I.V.; MARCUSCHI, L.A. *Processos de referencição na produção discursiva*. D.E.L.T.A. v. 14, p. 168-190, 1998
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARCUSCHI, L.A. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1998, Berlin. *Anais...* [S.l.: s.n.], 1998. p. 1-15.
- MARCUSCHI, L.A. Cognição e produção textual: processos de referencição. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 2., 1999, Florianópolis. *Cadernos de resumos...* Florianópolis: Abralín, 2000. p. 1-17.
- MARCUSCHI, L.A. Referencição e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. In: JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE, 18., 2000, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2000. p. 1-15.
- MARTINICH, A.P. *Communication and reference*. Berlin: Walter Gruyter, 1984.
- MONDADA, L. Processus de categorization et construction discursive des categories. In: DUBOIS, D. (Org.). *Categorization et cognition: de la perception au discours*. Paris: Kimé, 1997.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et categorization: une approche des processus de référénciation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M.J. (Org.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Suisse: Institut Linguistique Université de Neuchâte, 1995. p. 273-302.
- NEVES, M.H.M. *A gramática funcional*. São Paulo: Fontes, 1997.
- NEVES, M.H.M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- ORLANDI, E.P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1987.
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2001.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Fontes, 1999.

Received on November 12, 2007.

Accepted on November 19, 2007.